

O NOVO IMPERIALISMO E A DINÂMICA ENERGÉTICA NAS RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA

Anny Karolline Silva Valerio - annykarollinesilva@gmail.com

Cecília de Castro Algayer - cecilia.calgayer@gmail.com

João Vítor Carneiro da Silva - jvcarneiro0104@gmail.com

Rodrigo Ribeiro de Oliveira Junior - rdgribeiro@hotmail.com

RESUMO

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Bolívia, representadas na dinâmica energética, na já estabelecida questão do gás-natural boliviano e na contemporânea questão hidrelétrica, no complexo brasileiro da bacia do Madeira e no projeto de empreendimento binacional, nutre expectativas e questionamentos acerca dos impactos socioambientais, da produção energética e das perspectivas econômicas, diplomáticas e governamentais. O presente artigo, então, apresenta conceitos eixos do desenvolvimento regional, da relação desigual e do imperialismo, uma retrospectiva da relação energética, envolvendo os fatores políticos do comércio de gás-natural, e uma perspectiva inédita, as hidrelétricas do Madeira. Assim sendo, explicita-se a latente importância da dinâmica energética atrelada a maior fronteira terrestre brasileira e seu desenvolvimento socioambiental, político e econômico, para ambos países relacionados.

Palavras-chave: Hidrelétricas; Gás-Natural; Imperialismo.

1. INTRODUÇÃO

Vive-se hoje em um mundo em constante transformação. O setor tecnológico lança atualizações frequentes, cada vez mais úteis e com funções diferentes, sob o pretexto de facilitar a vida da população que tem acesso a esse desenvolvimento. A respeito das fontes de energia, há diversas delas, tanto poluentes quanto não poluentes. E esse combustível é questão sempre de discussão política, uma vez que reflete diretamente na economia regional e global.

O Brasil tem nas usinas hidrelétricas sua maior fonte de energia, mas também a gera de outras formas. Uma delas é por meio do gás natural, uma fonte de energia considerada limpa, visto que produz baixo impacto ambiental, porém não renovável. O Brasil produz certa quantidade, mas importa grande parte do seu consumo da Bolívia.

Atualmente, é comum essa interação entre os países, na qual um oferece seu produto (em disputa no mercado mundial) e outro, em razão de fatores favoráveis, realiza a compra. No entanto, considerando a existência de impasses nessas relações, deve ser realizado um estudo que as analise, de forma a gerar retorno positivo a todos os países envolvidos.

O presente trabalho tem como foco a relação existente entre Brasil e Bolívia no tocante às fontes de energia, em especial a compra de gás natural e a construção de usinas hidrelétricas, sob uma ótica que considera, com destaque, as nuances de um novo imperialismo.

2. O NOVO IMPERIALISMO

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma enorme ascensão dos Estados Unidos, que, a despeito dos conflitos com a União Soviética, firmaram-se após a Guerra Fria como uma grande potência. O país assumiu, dessa forma, as feições de uma grande nação imperialista, indispensável à manutenção da paz, do desenvolvimento e do livre comércio.

Na atualidade, no entanto, os Estados Unidos encontram-se ameaçados pela rápida ascensão da China, que se estabeleceu economicamente e vem gradativamente ganhando mercado, especialmente por meio de investimentos em outros países, a exemplo do que tem ocorrido na América Latina. Além disso, devido ao seu expressivo percentual de exportação, têm se multiplicado seus diversos acordos e laços comerciais com outros Estados.

Esse fenômeno é chamado por Harvey (2004) de “novo imperialismo”, e tem como projeto o domínio de território e a capacidade de retenção de recursos naturais, econômicos e militares. Visa ao acúmulo de capital no espaço e no tempo, como meio para o crescimento econômico do país que está descolonizando, extraindo e espoliando.

O imperialismo, também chamado de “imperialismo capitalista”, tem interesses diversos, porém sempre com foco no lucro, buscando, por vezes, estratégias individuais para a economia do país se sobressair sobre os outros. Harvey (2004, p. 35) expressa essa visão do imperialismo:

[...] Às práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as "assimetrias" (grifo do autor) inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica.

Observa-se, então, um cenário composto por países que vivem como reféns e outros sem solidariedade, no qual a riqueza vem a partir do empobrecimento de outra Nação. Contudo, esse fenômeno não se fundamenta somente na escolha de um país qualquer: o país imperialista retira a riqueza de outro que visivelmente não tem condições para ir contra a sua vontade, seja pela condição econômica, seja pela condição militar.

Diante disso é possível visualizar uma extorsão crescente, e não somente nas relações entre os países, ou seja, externamente; a política imperialista ocorre também de maneira interna, uma vez que o país vende suas riquezas naturais, explora os seus recursos hídricos de maneira a causar poluição, desmatamento e desequilíbrios, assim como o desnivelamento no curso das águas, em prol de um crescimento econômico efêmero, com distribuição desigual dos rendimentos, que pouco implicará no desenvolvimento *de facto* da região (aprimoramento da saúde, educação e economia, no geral).

O imperialismo capitalista tem resultados que refletem diretamente na desigualdade social do país explorado, visto que, para políticas de desenvolvimento, ignora a existência de pessoas que sobrevivem em determinados lugares e que necessitam da terra para sobreviver e retirar dela sua subsistência. Ocorrem, por exemplo, desapropriações de terra sem que seus moradores sejam realocados em locais em que possam retomar suas atividades, sem qualquer expectativa de uma justa indenização. Um fator extremamente prejudicial a situações como essa é a falta de transparência nos projetos, afirmada por Zhouri (2008) como um dos principais empecilhos à participação popular nos rumos do país.

A cedência do país mais fraco às pressões imperialistas ocorre, portanto, às custas de seu povo, seu território e sua própria soberania interna, sob a pretensão ilusória de retorno econômico após a cessação das atividades exploradoras, muitas vezes envolvendo grandes construções e vultosos investimentos.

Acerca das barragens necessárias às usinas hidrelétricas, Nóbrega (2011) expõe a discrepância entre o investimento realizado, o lucro auferido e os impactos nas comunidades que ali vivem:

Grandes projetos de investimento, as barragens tiveram papel central no processo de acumulação de capital, envolvendo Estados Nacionais e grandes corporações internacionais. Longe de construírem uma tecnologia “neutra”, estas grandes obras de engenharia situam-se no campo da política, em que há intenso conflito de interesses envolvendo a apropriação privada de “recursos” naturais de uso comum, como a água dos rios, bem como a exploração dos territórios ocupados por povos e comunidades indígenas, tradicional e camponesa, alvos privilegiados da expansão barrageira. (NÓBREGA, 2011, p. 128).

Diante do exposto, é evidente que relações imperialistas ainda subsistem na atualidade, tendo em vista o avançado estágio da globalização e as ferrenhas disputas econômicas. Os países mais fracos, guiados cegamente pelo lucro, acabam por degradar suas terras e recursos naturais,

condenando a própria população (muitas vezes inteiramente dissociada dos processos de tomada de decisão) à uma situação de precário desenvolvimento social.

Não se trata, no entanto, de um fenômeno envolvendo apenas as grandes potências da atualidade. Países menores, em estágios medianos de desenvolvimento econômico, podem também incorporar o papel de país imperialista e tratar relações internacionais com esse viés: é a partir desse ponto de vista que se deve abordar a relação Brasil-Bolívia, pois ela se encontra marcada por todas as características da exploração moderna.

3. A QUESTÃO DO GÁS NATURAL

A importância da relação Brasil-Bolívia apresenta um ponto estratégico, para além da territorialidade da maior fronteira terrestre de ambos países: o tema energético. Em dados brutos, o Brasil importou, entre 2008 e 2017, 103.475 milhões de m³ de gás natural, o que representa cerca de 70% da importação brasileira no período, segundo dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2018).

Em um panorama histórico, observamos a gênese desta relação energética e comercial durante o *apagão* dos anos 90. A partir dele, o governo Fernando Henrique Cardoso, com incentivos e *lobby* do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial, buscou como solução a médio prazo a importação do gás natural boliviano, através da construção do gasoduto GASBOL, que ligava a região produtora com as regiões consumidoras, em SP, RJ entre outros estados (HAGE, 2008).

O projeto da construção da GASBOL envolveu, de maneira ambivalente: (i) um projeto político-diplomático brasileiro de protagonismo e integração latino-americana, além do estreitamento da fronteira (cultural, habitada, acessível e desenvolvida) ocidental e (ii) um aproveitamento de recurso energético (gás natural) abundante na Bolívia para um mercado promissor no Brasil (OXILIA, 2009).

Assim sendo, no que concerne à matriz energética no mercado brasileiro, a Petrobrás possui papel motor no desenvolvimento da demanda do gás natural e do empreendimento da GASBOL, ao advogar pelo interesse governamental e protagonizar o financiamento do empreendimento (HAGE, 2008). Ademais, Oxilia (2009) nos apresenta uma dupla motivação do governo brasileiro, representado pela atuação da Petrobras no gasoduto Brasil-Bolívia:

A Petrobras se envolveu nos projetos de geração termelétrica de um lado para desenvolver o mercado de gás natural (as usinas termelétricas poderiam constituir uma âncora para desenvolver a demanda de gás, mas neste pensamento parece não ter-se dado a devida importância às características do setor elétrico brasileiro); e, de outro lado, por apelo do governo federal que se fez mais incisivo desde que ficou evidente a deflagração da crise de energia (ou fracasso dos pressupostos mercantis do modelo setorial escolhido pelo governo) por falhas no desenho do modelo neoliberal do setor elétrico (OXILIA, 2009, p. 299).

O desenvolvimento do programa foi harmônico, alinhou o Brasil ao cenário internacional energético e atingiu seus objetivos de mitigar a crise de abastecimento e de influenciar diplomaticamente e economicamente a Bolívia. Porém, em 2006, o então recém-empossado presidente Evo Morales nacionalizou as refinarias San Alberto e San Antonio, além das demais propriedades da Petrobrás em território boliviano, que representavam, na época, cerca de 15% do PIB boliviano.

Além do prejuízo milionário com as infraestruturas da estatal brasileira, todo o projeto político diplomático foi perturbado. O Brasil não tinha opções, senão a passividade. Afinal, por incentivo próprio, sua indústria agora dependia do gás boliviano: caso respondesse com demasiada força militar, seria repreendido pela comunidade internacional ao atacar um vizinho fraco. Restou assim o cometimento, fortemente criticado internamente, que danificou irremediavelmente as empreitadas político-econômicas em território boliviano (HAGE, 2008).

Em suma, a parceria binacional do gasoduto Brasil-Bolívia está envolta em uma série de fracassos políticos. Primeiramente, em sua causa, na falha do projeto energético neoliberal, após a recessão dos anos 80, que criou um descompasso entre a indústria e o setor elétrico (OXILIA, 2009). Posteriormente, na proposta política da parceria diplomática, com importante perspectiva de desenvolvimento e sustentação econômica e protagonismo latino-americano (HAGE, 2008), que restou infrutífera e abandonada.

O tema hoje se desdobra em novas perspectivas com a construção de hidrelétricas, agora com maiores implicações socioambientais e econômicas e maior proximidade entre os países. O planejamento desses empreendimentos servirá de eixo para renovação do acordo de gás natural e para a integração logística por hidrovias na fronteira (AGÊNCIA BRASIL, 2018), representando, também, reposta à dependência energética brasileira do gás boliviano (NETO, 2007).

4. A DINÂMICA DOS RECURSOS HÍDRICOS

A despeito de não possuir saída para o mar, a Bolívia divide fronteiras com o Brasil, o Paraguai, a Argentina, o Chile e o Peru. Essa localização é tão estratégica para a exportação de energia que o *Plan Electrico del Estado Plurinacional de Bolivia 2025*, responsável pelo planejamento governamental do setor, identificou três grandes potenciais hidrelétricos a serem explorados nos próximos anos: *Cachuela Esperanza*, com potencial instalado de 990 MW; *El Bala*, com 1.680 MW; e a *Río Grande*, complexo com potencial de 2.882 MW (MOURA, G. N. P. de et al, 2017).

O plano nacional destaca que estudos complementares serão desenvolvidos para que se estime o investimento necessário em linhas de transmissão de longo alcance (de 1.500 km a 2.500km, aproximadamente) para conectar esses projetos estratégicos às suas principais destinações: Argentina e Brasil. Conforme o referido plano, a estratégica posição geográfica boliviana e a riqueza de recursos potencializam o papel do país como dinamizador do desenvolvimento econômico e social da região a partir da exportação de excedentes, garantindo uma diversificação econômica produtiva para as futuras gerações (PLAN ELÉCTRICO DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA 2025, 2014).

De acordo com Seoane, Torres e Orias (2009), atualmente as relações Brasil-Bolívia tratam, principalmente, da já abordada exportação de gás natural boliviano para o Brasil; dos corredores interoceânicos; das relações comerciais e econômicas no âmbito do Mercosul; da hidrovía Paraguai-Paraná; de problemas de contrabando e narcotráfico; das questões ambientais e, recentemente, da cada vez mais concreta possibilidade de venda de hidroeletricidade da Bolívia para o Brasil. Afinal, como afirmou Vizentini (*apud* MELLO, 2013), “a questão energética é o que move as relações bilaterais entre o Brasil e a Bolívia”.

No entanto, a despeito de serem consideradas uma fonte renovável de energia – e, portanto, preferíveis a outras formas de geração, como a proveniente de combustíveis fósseis – as usinas hidrelétricas acarretam severos impactos ambientais, sociais e econômicos, que merecem estudo antes de sua imediata consagração como melhor alternativa ambientalmente possível.

Conforme o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), considera-se impacto ambiental

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Nessa perspectiva, a construção de usinas hidrelétricas são verdadeiros desastres: acarretam mudanças não só no curso dos rios, mas também em suas correntes, temperatura e movimento da água, trazendo efeitos negativos às espécies de fauna e flora circundantes e conduzindo à perda de biodiversidade. Ademais, há ainda o problema dos gases responsáveis pelo efeito estufa e da contaminação das águas (FEARNSIDE, 2016).

Quanto ao efeito sobre as pessoas, estima-se que, em diferentes regiões do mundo, desde a década de 1950 (quando se intensificou a construção de barragens), entre 40 e 80 milhões de pessoas passaram por processos de deslocamento compulsório (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000). Para fins de comparação, basta mencionar as 43,4 milhões de pessoas deslocadas por motivos de guerras, conflitos e perseguições, incluídos ainda os refugiados e os deslocados internos (NÓBREGA, 2011).

Não obstante, a IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana) possui como um de seus maiores projetos o Complexo Hidrelétrico do Madeira, situado no eixo Peru-Brasil-Bolívia e correspondendo, mais especificamente, ao sul do Peru, à região amazônica da Bolívia e ao noroeste do Brasil. Fazem parte do projeto as tentativas de unir fisicamente as três regiões aos portos do Pacífico e, também, aos grandes centros de consumo pelos meios terrestre e fluvial, além da construção das represas de Santo Antônio e Jirau, das linhas de transmissão entre as represas e da navegação entre as cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim e Guayaramerín.

Um dos principais projetos é a construção da hidrelétrica *Cachuela Esperanza*, parte do Complexo Madeira em conjunto com as represas de Santo Antônio e Jirau. Os estudos ambientais, realizados pela empresa canadense TECSULT-AECOM, foram completados em novembro de 2009 e anunciaram a viabilidade do empreendimento.

Em análise, advoga-se então por uma integração infraestrutural dos países para um aproveitamento mútuo das regiões fronteiriças, sensíveis sociopoliticamente. Assim como expõe o Plano Decenal de Energia 2026 (2017, p. 69), “A integração energética do Brasil com países latino-americanos é uma enorme oportunidade em termos de recursos e otimização de infraestrutura.”

Donde infere-se que, nos termos do PDE 2026, segundo Araujo (2017, p. 192), “há indicativos de que todas as hidrelétricas com viabilidade de construção no prazo de 10 anos, devem ser construídas, desde que consideradas viáveis do ponto de vista técnico e econômico.” Assim sendo, o empreendimento binacional, representará uma política conservadora, tanto nos impactos quanto na produção, no que tange a produção energética (ARAUJO, 2017).

Conforme a análise, a hidrelétrica teria capacidade para gerar 990 MW, com uma superfície alagada de 690 km². As obras durariam de sete a oito anos, com um investimento de dois milhões de dólares. Os impactos ambientais previstos foram: variação da qualidade da água, devastação da vegetação, alteração da migração de peixes e aves (TECSULT-AECOM, 2009), embora se possa prever outros após a construção, como a emissão de gases de efeito estufa.

Foram previstos, também, os impactos sociais: deslocamentos e realocações da população atingida; perda de terras agrícolas, áreas de valor cultural, bens e recursos naturais e aumento das enfermidades relacionadas com as obras (TECSULT-AECOM, 2009). Conforme a IIRSA, aproximadamente três quartos da população rural será atingida, englobados indígenas e camponeses. Apesar de não haver um número oficial, se estima que quinze aldeias costeiras da Bolívia possam ser prejudicadas (LAATS, 2010).

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) será responsável pelo financiamento da obra. Estima-se, contudo, que o custo da energia gerada será de US\$ 65 MW/h, em oposição aos US\$ 43 MW/h da energia gerada em Jirau. Dessa forma, dificilmente será obtido um preço justo pela energia vendida ao Brasil (COSTA, A. K. N.; VIBIAN, C. F.; CARDOSO, D. E. V. e GUERRA, S. M. G., 2015).

Com vistas à obtenção de energia a baixo custo, o Brasil – que tem uma ampla experiência na construção de hidrelétricas, devido ao seu potencial geográfico e aos projetos desenvolvidos sob o incentivo de iniciativas como o PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) – demonstra interesse em investir nas hidrelétricas do Complexo do Madeira, com vistas a gradualmente eliminar a importação de gás e hidrocarbonetos; aumentar a presença brasileira em um nível geopolítico, facilitando o acesso à energia de suas empresas e centros industriais e facilitar o transporte de mercadorias por rios navegáveis (MOURA, LEGEY, PEREIRA, 2012).

No entanto, economicamente há uma diferença significativa entre o custo da produção da energia e o valor que o governo brasileiro se dispõe a pagar por ela, para não mencionar que o ônus dessas construções (ambientais, sociais e políticos) serão inteiramente suportados pela Bolívia.

Trata-se de uma divisão desigual de vantagens e prejuízos, em que padecem, principalmente, as populações mais marginalizadas e diretamente afetadas, o meio-ambiente e a possibilidade de um desenvolvimento conjunto da América do Sul.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os acontecimentos passados com a relação estabelecida na exploração do gás natural, desenha-se um possível cenário para a relação a ser estabelecida agora na construção da UHE Cachuela Esperanza na Bolívia. Ao montar esse cenário, considera-se ainda o processo monopolístico do capitalismo imperial e o subimperialismo brasileiro influente na América Latina, assim como a sociedade de classes existente no país.

A expectativa do governo brasileiro é incrivelmente benevolente ao intentar a derrubada das barreiras físicas e legais existentes e, como consequência, estreitar os laços com a Bolívia, tendo por resultado uma colaboração na hora que adquirir a energia gerada pelo país e concretizar os projetos de se aproximar cada vez mais da saída para o Pacífico.

Os problemas enfrentados pelo Brasil são reflexos da falta de planejamento dos megaprojetos locais, se faz imprescindível constatar que o país não tem, até então, risco de se ver obrigado a implantar empreendimentos em outros países em troca de matéria-prima para sustentar a sua indústria e o comércio local. Porém, como fruto do subimperialismo que pratica, para o acúmulo de capital que acarretará em seu crescimento econômico é preciso investir no crescimento de países menos desenvolvidos economicamente, com vistas a obter um lucro futuro.

Afora o acúmulo de capital financeiro, este é consequência da política expansionista e da luta de classes brasileiras, processos que culminam na demonização do Estado e na vangloriação do mercado como instituto de valores e moral incorruptíveis. Desta maneira, a sociedade brasileira vê com bons olhos a presença da iniciativa privada na exploração e comercialização dos insumos naturais, ao passo que a sociedade boliviana, em sua maioria constituída por indígenas, é mais organizada politicamente a ponto de conseguir nacionalizar os seus bens naturais e obrigar o Brasil a “abrir mão” de parte da Petrobrás nas terras andinas.

Com a implantação das UHEs na bacia do Rio Madeira, especialmente na região fronteira, as chances de um novo levante social acontecer são grandes, pois o que não fica explícito é o fato de que os impactos ambientais e sociais que as construções causarão serão suportadas com maior

impacto pela população local, ao passo que, acaso este negócio não logre êxito, para o Brasil é apenas um empecilho para abrir caminho ao Pacífico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil e Bolívia negociam tratado para integração elétrica**, Folha de Pernambuco, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, Gás Natural e Biocombustíveis, Anuário Estatístico 2018.

ARAUJO, N. C. **Hidrelétricas em Rondônia: vetores de desenvolvimento desigual**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

BOLÍVIA. Ministerio de Hidrocarburos y Energía. **Plan Eléctrico del Estado Plurinacional de Bolivia 2025**. La Paz: Viceministerio de Electricidad y Energías Alternativas, 2014.

BRASIL, Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Publicado no D.O.U. de 17 fevereiro 1986.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões**. Um Sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000, p. 10. Disponível em: http://www.dams.org/docs/overview/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

COSTA, A. K. N.; VIBIAN, C. F.; CARDOSO, D. E. V. e GUERRA, S. M. G. **Brasil y sus intereses em la construcción de Cachuela Esperanza, Bolivia**. Polis, 39, 2015. Disponível em: <<http://polis.revues.org/10399>>. Acesso em: 15 set. 2018.

FEARNSIDE, P. M. Hidrelétricas na Amazônia brasileira: questões ambientais e sociais. pp. 289-315. In: D. Floriani & A. E. Hevia (eds.) **América Latina, Sociedade e Meio Ambiente: Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2016.

HAGE, Jose Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e o gás natural: um breve debate**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAATS, H. **El dilema amazónico: la construcción de mega-represas em el Río Madeira**. Bolívia: CEADDESC, 2009.



MELLO, Flavia de Campos. **Governança multi-escalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia**. 2013. Tese (Doutorado em Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo.

MOURA, G. N. P. de et al. **South America power integration, Bolivian electricity export potential and bargaining power: an OSeMOSYS SAMBA approach**. *Energy Strategy Reviews*, v. 17, p. 27-36, 2017. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211467X17300299>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MOURA, G. N. P.; LEGEY, L. F. L. e PEREIRA, A. **O Diagnóstico do Sistema Elétrico de transmissão brasileiro relacionado à comercialização de Energia Elétrica com países da América do Sul**. In XIV Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro, 2012.

NETO, Ernesto Roessing. **Brasil, Bolívia, o Tratado de Cooperação Amazônica e as Hidrelétricas do Rio Madeira**, *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, v. 51, p. 69–91, 2007.

NOBREGA, Renata da Silva. **Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida**. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

ORIAS, R. A.; SEOANE, A. F. e TORRES, W. A. **Bolivia, país de contatos: um análisis de la política vecinal contemporânea**. La Paz: FUNDEMOS, 2001.

OXILIA, Victorio. **Raízes Socioeconômicas da Integração Energética na América do Sul: análise dos projetos Itaipu Binacional, Gasbol e Gasandes**, Volume I. Universidade de São Paulo, 2009.

TECSULT-AECOMB. **Proyecto hidroeléctrico Cachuela Esperanza**. 2009.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, **Diversidade cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 97-194, outubro, 2008.